



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Resultado do PIB deve confirmar bom desempenho da atividade no 1º trimestre

Em semana movimentada, destaque para a divulgação do PIB do 1º trimestre de 2023, cuja expectativa do consenso é de alta de 1,2%. O resultado deve confirmar o bom desempenho da atividade no período, sustentado, do lado da oferta, pelo forte desempenho da agropecuária (safra recorde, especialmente soja). Pelo lado da demanda, o destaque deve ser o avanço do consumo das famílias, impulsionado pelo mercado de trabalho aquecido e aumento das transferências de renda pelo governo.

A semana também traz dados de atividade do 2º trimestre, como o resultado da indústria, os números do mercado de trabalho e as sondagens de confiança. O IBGE divulga a produção industrial de abril na sexta (2), que deve registrar ligeiro recuo de 0,2% no mês. Após ficar estável no 1º trimestre, a pesquisa deve manter os sinais de baixo dinamismo do setor também neste 2º trimestre. No mercado de trabalho, a perspectiva é de que os números sigam em tom relativamente positivo, mantendo a resiliência do segmento. O Caged deve registrar geração líquida de 194,0 mil vagas em abril, segundo o consenso, enquanto a PNAD deve mostrar estabilidade da taxa de desemprego, ficando em 8,8% no trimestre encerrado em abril. Já a FGV encerra a rodada de divulgação das sondagens de confiança de maio, com números da indústria (hoje), comércio e serviços (amanhã).

Pesquisa Especial de Crédito da Febraban aponta que o saldo total de crédito deve ficar estável (0,0%) em abril. Se confirmado, o ritmo de expansão anual da carteira total deve seguir perdendo tração, acomodando de 12,0% para 11,1%, refletindo o ciclo de aperto monetário e o avanço da inadimplência. Os dados oficiais serão divulgados pelo BCB na terça (30). Veja mais detalhes da Pesquisa nas [páginas 7 e 8](#). Ainda em relação ao setor bancário e mercado de crédito, o BCB antecipará ao longo da semana alguns estudos (boxes) que farão parte do Relatório de Economia Bancária, que será divulgado oficialmente na próxima terça (6). Hoje, o BCB divulgará estudo que trata sobre o Perfil de Utilização de Cartões de Crédito no Brasil. Para ver a lista dos estudos que serão divulgados, [clique aqui](#).

A semana também traz dados das contas públicas, que devem manter a tendência de piora. O Tesouro divulga o resultado do governo central na terça (30) e o BCB divulga o resultado do setor público consolidado na quarta (31), ambos de abril. O resultado do mês é tipicamente positivo, favorecido pelo pagamento trimestral do IRPJ/CSLL pelas empresas. Com isso, a mediana do mercado projeta superávits primário, de R\$ 16,0 bi e de R\$ 16,5 bi, respectivamente. Embora positivos, os números são menores que os observados em abril de 2022, de R\$ 29,0 bi e R\$ 38,9 bi, nessa ordem, em função dos aumentos das despesas no âmbito federal e redução da arrecadação com ICMS (combustíveis) nos Estados.

Ainda na agenda de indicadores, serão conhecidos dados do setor externo e inflação. Em relação às contas externas, a Secex divulga o resultado da balança comercial de maio na quinta (1), que deve seguir apresentando superávits relevantes, de US\$ 9,4 bi no mês, bem acima do observado em mai/22 (US\$ 5,0 bi), refletindo o crescimento das exportações, beneficiadas pela boa safra agrícola e retomada da economia chinesa. Por fim, no campo inflacionário, a FGV divulga o IGP-M de maio na terça (30), que deve seguir apresentando deflação, de 1,73% no mês, em função da queda dos preços das *commodities*, sustentando a descompressão dos preços no atacado. Em 12 meses, o índice deve seguir recuando, de -2,17 para -4,36%.

Na política, a Câmara aprovou o projeto do novo arcabouço fiscal, que será apreciado agora pelo Senado. O texto foi aprovado com placar confortável (por 372 a 108) na Câmara e manteve o espírito geral do projeto. Apesar de estabelecer alguns gatilhos em caso de não cumprimento da meta, a principal crítica ao projeto foi a exceção feita para 2024, que deve permitir um crescimento maior das despesas. Embora o relator tenha descartado fixar um crescimento real de 2,5% (de forma discricionária) para o próximo ano, ainda permitiu que o governo faça uma complementação das despesas no Orçamento, caso estime no início de 2024 um crescimento maior das receitas do que aquele observado até junho deste ano (cf. prevê a regra). No Senado, a expectativa é de que o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) dê celeridade ao processo, com perspectiva de que o texto seja votado até meados de junho. Contudo, não se espera grandes alterações no texto já aprovado na Câmara.



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Na agenda internacional, os agentes devem seguir acompanhando as negociações em torno do teto da dívida norte-americana, que parecem estar próximas de um acordo entre os Democratas e Republicanos, evitando assim um possível calote do país no início de junho. Segundo o noticiário, o presidente Joe Biden e o presidente da Câmara, Kevin McCarthy, chegaram a um acordo neste fim de semana, que prevê a suspensão do limite da dívida até o início de 2025, em troca, o governo terá que congelar uma série de gastos no período. A expectativa é que o Congresso vote o acordo ainda esta semana.

Quanto aos indicadores, destaque para os dados de emprego dos EUA (*payroll*) do mês de maio, que serão conhecidos na sexta (2). O consenso dos analistas espera a geração de 190 mil vagas, pouco abaixo do observado no mês anterior (+253 mil), mantendo a taxa de desemprego próxima das mínimas históricas, em 3,5% (ante 3,4%). O dado será bastante importante para a próxima decisão do Fed, já que alguns membros da instituição demonstraram desconforto com o (lento) processo de desinflação, sugerindo uma nova alta dos juros em junho.

Na Zona do Euro, será divulgada na quinta (1) a prévia da inflação ao consumidor (CPI) de maio. A expectativa é de alta de 0,4% no mês, levando a uma modesta desaceleração do índice em 12 meses (de +7,0% para +6,3%), mantendo a inflação em nível elevado, dando suporte à continuidade do aperto monetário pelo BCE.

Por fim, ao longo da semana serão conhecidos uma série de outros indicadores de atividade, como os números finais de maio dos índices PMI dos EUA, Zona do Euro e China.

A próxima página traz o quadro completo da agenda de indicadores com a respectiva data de divulgação e as projeções de mercado.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
29-30/mai	FGV: Sondagens de Confiança	Mai/23	-	-
30/mai	BCB: Nota de Operações de Crédito	Abr/23	0,0% m/m* 11,1% a/a*	0,7% m/m 12,0% a/a
30/mai	Tesouro: Resultado Primário do Governo Central	Abr/23	R\$ 16,0 bi	R\$ -7,0 bi
30/mai	FGV: IGP-M	Mai/23	-1,73% m/m -4,36% a/a	-0,95% m/m -2,17% a/a
31/mai	Caged: Geração de Vagas Formais de Trabalho	Abr/23	194,0 mil	195,2 mil
31/mai	PNAD Contínua: Taxa de Desemprego	Abr/23	8,8%	8,8%
31/mai	BCB: Estatísticas Fiscais	Abr/23	R\$ 16,5 bi	R\$ -14,2 bi
01/jun	IBGE: PIB	1º tr/2023	1,2% t/t-1 3,0% t/t-4	-0,2% t/t-1 1,9% t/t-4
01/jun	Secex: Balança Comercial	Mai/23	US\$ 9,4 bi	US\$ 8,2 bi
02/jun	IBGE: Produção Industrial	Abr/23	-0,2% m/m -1,5% a/a	1,1% m/m 0,9% a/a

Fonte: Bloomberg. *Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
30/mai	Zona do Euro	Confiança do Consumidor	Mai/23 – final	-17,4 pts	-17,5 pts
30/mai	EUA	Confiança do Consumidor – <i>Conf. Board</i>	Mai/23	99,0 pts	101,3 pts
30/mai	China	PMI Manufatura e Serviços	Mai/23	49,5 pts / 55,0 pts	49,2 pts / 56,4 pts
31/mai	EUA	Livro Bege	-	-	-
31/mai	China	PMI Caixin Manufatura	Mai/23	49,5 pts	49,5 pts
01/jun	Zona do Euro	PMI Manufatura	Mai/23 – final	44,6 pts	45,8 pts
01/jun	Zona do Euro	Inflação ao Consumidor (CPI)	Mai/23 – prévia	6,3% a/a	7,0% a/a
01/jun	EUA	ADP – Geração de Empregos no Setor Privado	Mai/23	165 mil	296 mil
01/jun	EUA	PMI / ISM Manufatura	Mai/23 – final	48,5 pts / 47,0 pts	50,2 pts / 47,1 pts
02/jun	EUA	Dados do Mercado de Trabalho – Geração de Vagas /Taxa de Desemprego	Mai/23	190 mil / 3,5%	253 mil / 3,4%

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

Prévia da inflação reforça viés de baixa para IPCA de 2023

A prévia oficial da inflação (IPCA-15) subiu 0,51% em maio, surpreendendo positivamente o mercado, que esperava alta de 0,64%. A leitura mostrou um comportamento mais benigno do indicador, incluindo as principais medidas de núcleo, mantendo o processo de desinflação em curso na economia, além de reforçar o viés de baixa nas projeções para o IPCA de 2023.

No mês, seis dos nove grupos pesquisados pelo IBGE desaceleraram ante o dado de abril. Destaque para o recuo dos transportes (-0,04%), puxado pela queda de 17,26% nos preços das passagens aéreas e estabilidade dos preços dos combustíveis (+0,12%), diante da deflação da gasolina (-0,21%) e do óleo diesel (-2,76%). O grupo artigos residenciais (-0,28%) também registrou deflação no mês.

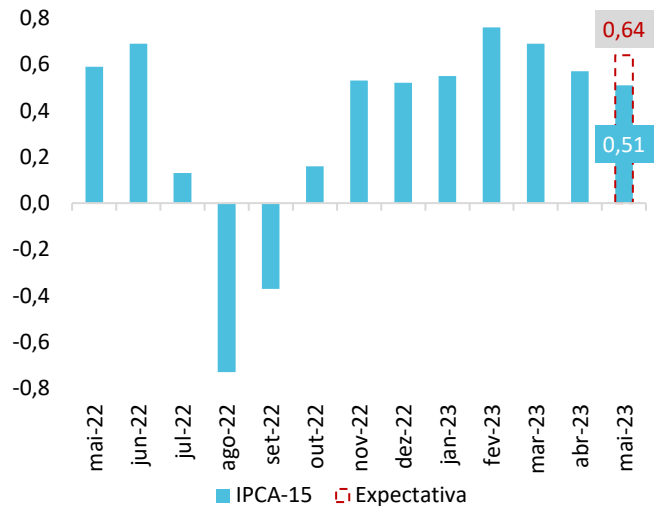
Por outro lado, o indicador foi pressionado praticamente por apenas 2 grupos: alimentos e bebidas (+0,94%) e saúde e cuidados pessoais (+1,49%), que responderam por 78% da inflação de abril. No caso do primeiro, devido à piora da oferta de alguns itens, como leite (+6,03%), tomate (+18,82%) e batata doce (+10,01%). Já o grupo saúde foi impactado pelos produtos farmacêuticos (+2,68%), ainda respondendo ao reajuste autorizado de até 5,60% dos medicamentos.

Em 12 meses, o indicador seguiu acomodando, de 4,16% para 4,07%. Contudo, mais importante para a condução da política monetária foram os sinais de desaceleração das principais medidas de núcleo. A inflação de serviços recuou de 7,57% para 6,45% (assim como dos serviços subjacentes, de 7,41% para 6,85%), enquanto os bens industriais também mostraram redução, de 6,52% para 5,23%, neste caso sugerindo que a queda dos preços no atacado (indicada pelos IGPs) começa a chegar ao varejo.

Bem verdade que tais métricas ainda seguem em nível elevado, fato que deve manter alguma cautela por parte do BCB. De toda forma, o próprio presidente Roberto Campos reconheceu os sinais positivos vindos do indicador. Com isso, o mercado passou a precificar possibilidade de início da redução da Selic já na reunião de agosto (ante expectativa anterior de queda apenas em setembro).

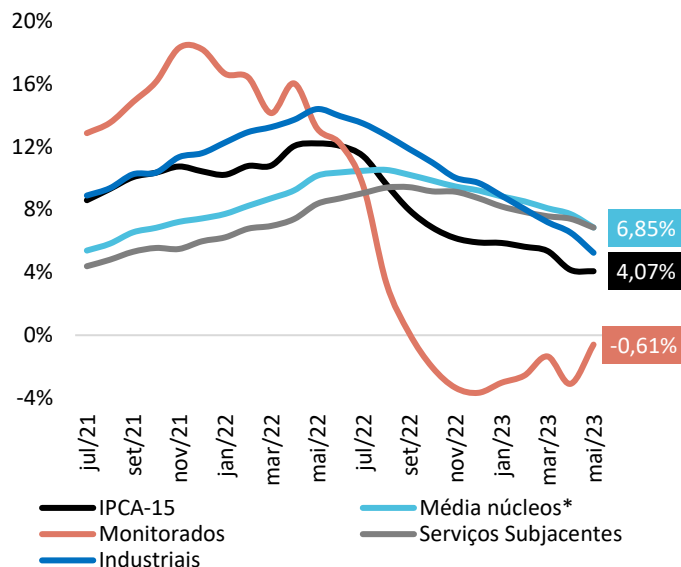
Por fim, diante da surpresa positiva, além da queda esperada dos preços dos veículos (redução tributária), os analistas devem seguir reduzindo suas projeções de inflação para este ano, migrando da faixa de 6% para cerca de 5,5%.

Quadro 1: IPCA-15 – Var.% Mensal



Fonte: IBGE.

Quadro 2: IPCA-15 e Aberturas – Var.% acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE. *Núcleos selecionados.

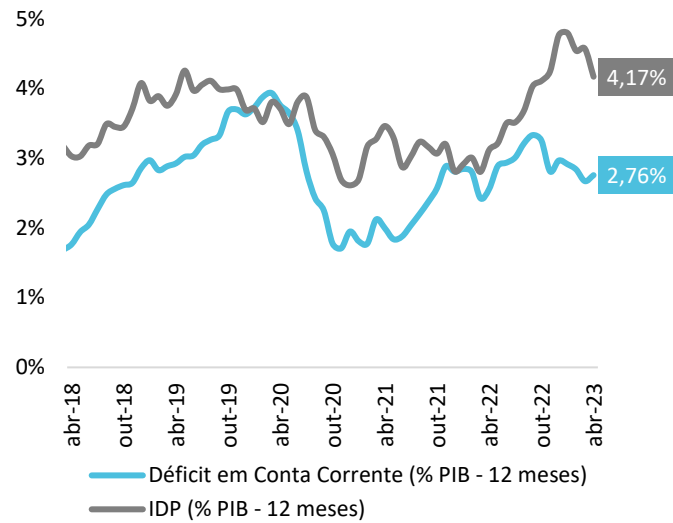
Em relação às contas externas, o saldo em transações correntes ficou deficitário em US\$ 1,7 bi, ante superávit de US\$ 0,1 bi em abr/22. A piora do resultado na comparação interanual se deu em função do forte aumento (+41,5%) do déficit em renda primária, que passou de US\$ 3,8 bi para US\$ 5,4 bi, pressionado pelas despesas líquidas de lucros e dividendos e despesas com juros. Na outra ponta, a balança comercial registrou ligeiro aumento no superávit, de apenas US\$ 0,1 bi (de US\$ 6,8 bi para US\$ 6,9 bi), refletindo a maior redução nas importações (-8,0%) do que nas exportações (-5,7%). Já a conta de serviços ficou estável, com déficit de US\$ 3,2 bi. Em 12 meses, o déficit em transações correntes somou US\$ 54,2 bi (2,76% do PIB), com ligeira piora ante o mês anterior (US\$ 52,4 bi ou 2,67% do PIB).

Quanto ao fluxo de capitais, os investimentos diretos no país (IDP) registraram entrada líquida de US\$ 3,3 bi em abril, bem abaixo do registrado em abr/22 (US\$ 11,1 bi). Com o resultado, o IDP acumulado em 12 meses recuou de US\$ 89,7 bi (4,57% do PIB) em março para US\$ 82,0 bi (4,17% do PIB) em abril, mas ainda cobrindo o déficit em conta corrente com alguma folga, mantendo a leitura positiva das contas externas. Já a entrada de capitais de portfólio ficou em US\$ 1,1 bi no mês, beneficiada pela entrada de recursos em ações (R\$ 1,4 bi). Em 12 meses, os ingressos de capital em portfólio acumulam US\$ 10,3 bi.

No âmbito da atividade, o Monitor do PIB da FGV apontou crescimento de 1,6% da economia no 1º trimestre, sendo mais um indicativo de bom desempenho da atividade no período. Segundo a FGV, o crescimento foi liderado pelo forte desempenho da agricultura (+10,9%), beneficiada pela colheita recorde de soja. Outro destaque positivo foi o avanço do consumo das famílias (+4,7%), especialmente de serviços. Assim, em conjunto com outros dados de atividade já divulgados, a leitura do Monitor (*proxy* mensal do PIB calculada pela FGV) reforça que a economia deve ter registrado um crescimento robusto no 1º tri, próximo a 1,5%.

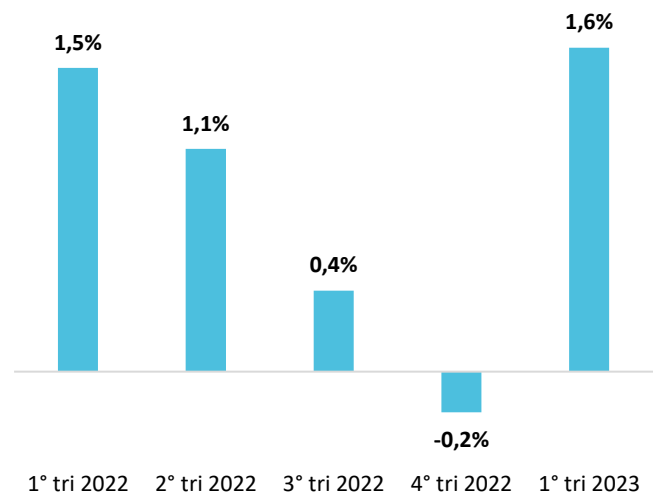
Por fim, a FGV também divulgou algumas sondagens de confiança de maio, que trouxeram números com viés negativo, reforçando a percepção de alguma desaceleração da atividade ao longo do ano. A confiança da construção recuou 1,4 pts no mês, refletindo especialmente a piora da percepção da situação atual (-1,8 pts) dos empresários do setor. Na mesma direção, a confiança da indústria recuou 1,6 pts em maio, com queda de mesma intensidade em relação à percepção atual e expectativas futuras. Na contramão, a confiança dos consumidores subiu 1,4 pts no mês, puxada pela melhora das expectativas futuras (+2,8 pts), mas também com piora da avaliação da situação presente (-0,8 pts) pelos entrevistados.

Quadro 3: Déficit em Conta Corrente e IDP – Acum. Em 12 meses - % do PIB



Fonte: BCB

Quadro 4: Monitor do PIB Var.% trimestral (Ante o Trimestre Anterior)



Fonte: FGV

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Perspectiva de acordo sobre teto da dívida nos EUA dá fôlego aos mercados

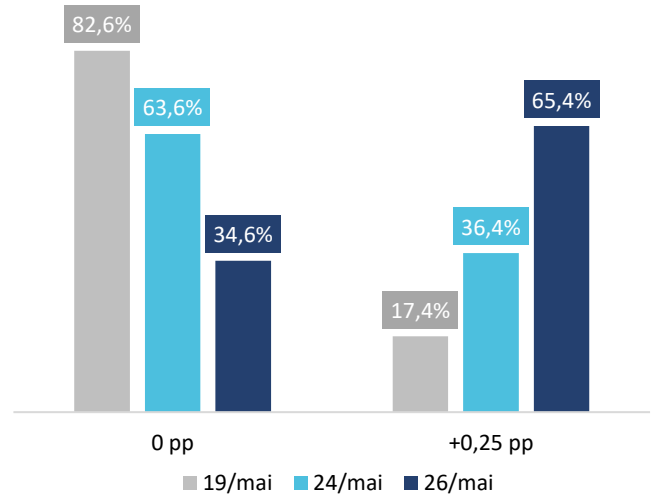
O desempenho dos ativos no cenário internacional foi pautado pelo andamento das negociações sobre a elevação do teto da dívida nos EUA. O temor sobre um possível calote diminuiu, o que beneficiou as bolsas do país, diante dos anúncios de que a Casa Branca e o Congresso estão próximos de um acordo, que incluiria congelamento de gastos federais e elevação do teto por dois anos. Por outro lado, dados de inflação (PCE) e consumo acima do esperado somados à ata do Fed e declarações de membros do Colegiado, levaram a maior parte dos agentes a apostar em uma nova alta de juros (+0,25 pp) em junho pelo Fomc, segundo dados do CME Group (cf. Quadro 5).

Nos âmbito dos indicadores, destaque para os dados de gastos pessoais, que subiram 0,8% em abril, acima das expectativas (+0,4%) e equivalente a uma alta real de 0,5%, dando mais um sinal de resiliência do consumo em meio a um mercado de trabalho aquecido. A renda, por sua vez, subiu 0,4% no mês, em linha com o esperado. Com relação aos preços, o deflator dos gastos pessoais (PCE) subiu 0,4% em abril, levando o indicador a acelerar para 4,4% (ante 4,2%) no acumulado em 12 meses, também acima do esperado (4,3%).

Outro destaque da semana foi a ata da última reunião do Fomc/Fed (03/mai). Como destaque, o documento mostrou certa divisão na opinião entre os membros do Colegiado. Por um lado, citou que “diversos” membros entendem que o Fed talvez tenha feito o suficiente para o combate à inflação, enquanto “alguns” acreditam que ainda há trabalho a ser feito. Nesta direção, chamaram atenção os comentários de alguns dirigentes da instituição ao longo da semana, mencionando o progresso ainda lento da desinflação e a possibilidade de nova alta dos juros em junho (dependente da evolução dos dados).

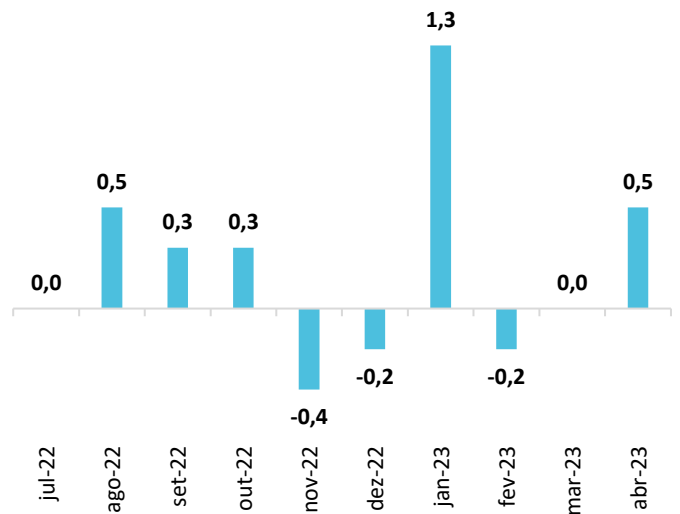
Já os dados de expectativas de maio mostraram continuidade da divergência entre o comportamento da atividade dos serviços e da manufatura, seja nos EUA ou na Zona do Euro, com expansão no primeiro e retração no segundo. Nos EUA, a leitura preliminar do índice PMI dos serviços subiu de 53,6 pts para 55,1 pts, impulsionado pela maior demanda, enquanto a manufatura voltou a indicar contração, recuando de 50,2 pts para 48,5 pts. Na Zona do Euro, o comportamento do índice foi similar. Nos serviços, o PMI seguiu em nível bastante elevado (em 55,9 pts ante 56,2 pts), indicando que o setor segue em expansão (acima de 50 pts), apesar da ligeira queda no mês. Por outro lado, o índice da manufatura voltou a cair (de 45,8 pts para 44,6 pts), aprofundando a perspectiva negativa para o setor na região (nível mais baixo desde mai/20).

Quadro 5: Evolução da probabilidade de elevação dos juros pelo Fed na reunião de junho



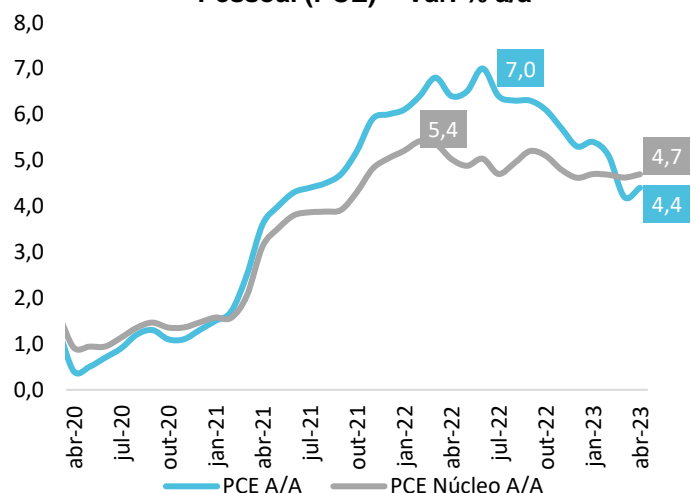
Fonte: CME Group.

Quadro 6: EUA – Gastos Pessoais (em termos reais) Var. % m/m



Fonte: Bloomberg.

Quadro 7: EUA - Deflator dos Gastos de Consumo Pessoal (PCE) – Var. % a/a



Fonte: Bloomberg.

Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

CRÉDITO / BANCOS

Carteira de crédito deve ficar estável em abril

O saldo total de crédito deve ficar estável (0,0%) em abril, com relativa estabilidade em todas as principais aberturas, aponta a Pesquisa Especial de Crédito da Febraban. Assim, o ritmo de expansão anual da carteira total deve seguir perdendo tração, acomodando de 12,0% para 11,1%, refletindo o estágio avançado do ciclo de aperto monetário, além do avanço da inadimplência.

O crédito às empresas deve mostrar ligeira contração, de 0,1%, mantendo os sinais de acomodação do ritmo de expansão anual da carteira, que deve passar de 5,5% para 5,0%. No mês, a queda deve ser puxada pela carteira Livre (-0,3%), que deve continuar sendo afetada pela piora da percepção de risco no segmento e pela sazonalidade negativa das linhas de fluxo de caixa. Com o resultado, a carteira PJ Livre deve desacelerar de 4,6% para 3,2% (em 12 meses), se mantendo como o segmento com maior perda de dinamismo neste início de ano.

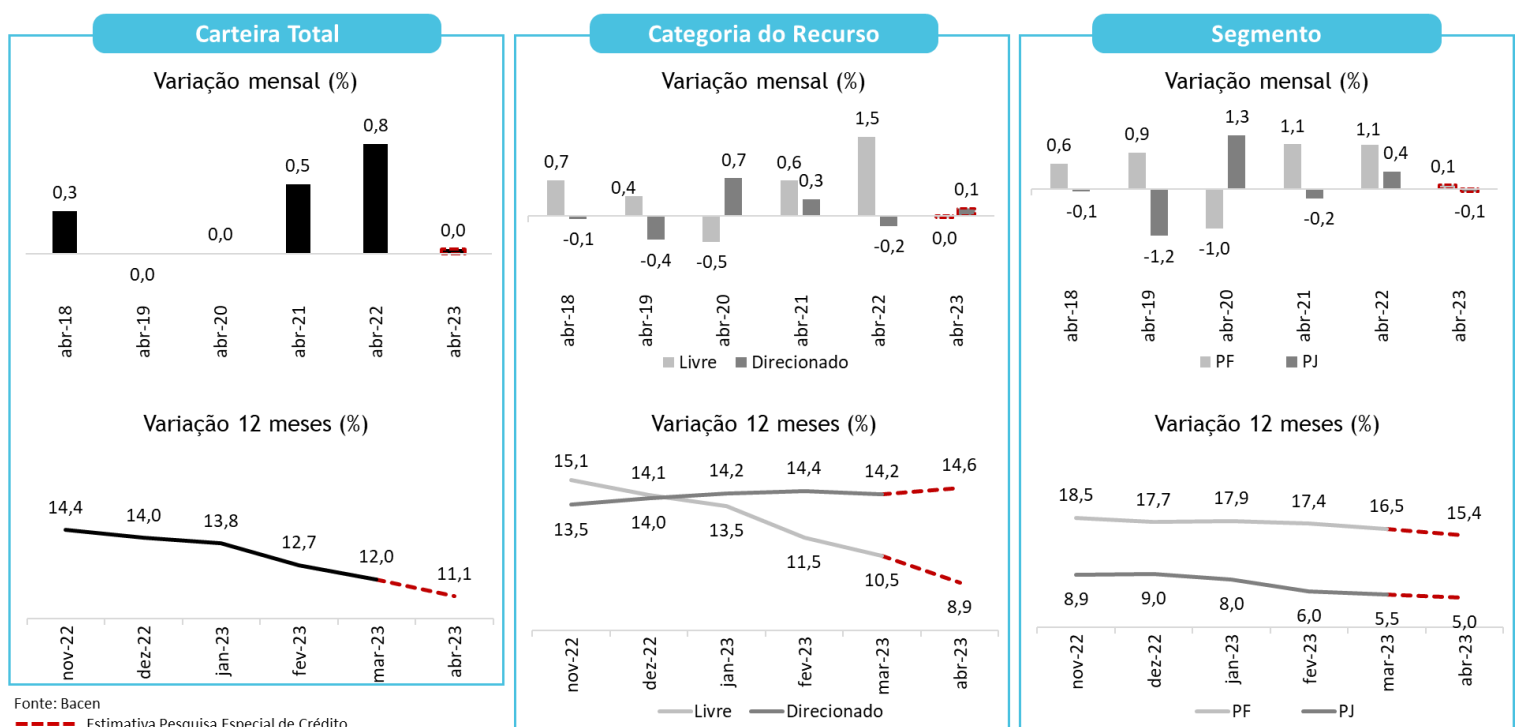
Na outra direção, a carteira PJ direcionada deve crescer 0,4% em abril, suficiente para sustentar a aceleração do ritmo de expansão

anual, de 7,3% para 8,5%, devido à retomada das contratações via programas públicos e maior demanda pelos recursos do BNDES em função da piora do segmento Livre e do mercado de capitais.

O crédito destinado às famílias, por sua vez, deve mostrar ligeira alta, de 0,1% no mês, refletindo o avanço de 0,2% da carteira livre e estabilidade (0,0%) da carteira direcionada. Com o resultado, o ritmo de expansão anual da carteira PF livre deve seguir acomodando, de 15,4% para 13,5%, enquanto a carteira direcionada deve permanecer com ritmo de expansão bastante elevado, em 17,9% (ante +18,0% em março), beneficiada pela expressiva expansão do crédito rural, que tem se mantido acima de 30% na comparação anual.

No geral, a leitura de abril deve sinalizar que o ritmo de expansão do crédito segue perdendo ímpeto, refletindo as condições financeiras mais restritivas e o aumento da inadimplência. Tal movimento tem sido liderado pela carteira com recursos livres, mais aderente às condições econômicas.

Quadro 8: Projeções para o Saldo da Carteira de Crédito – Pesquisa Especial de Crédito



Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

Em relação às concessões, a Pesquisa aponta que estas devem apresentar recuo de 15,8% ante março. O resultado é afetado pelo menor número de dias úteis, isso porque, quando feito tal ajuste, a estimativa é de alta de 7,5%.

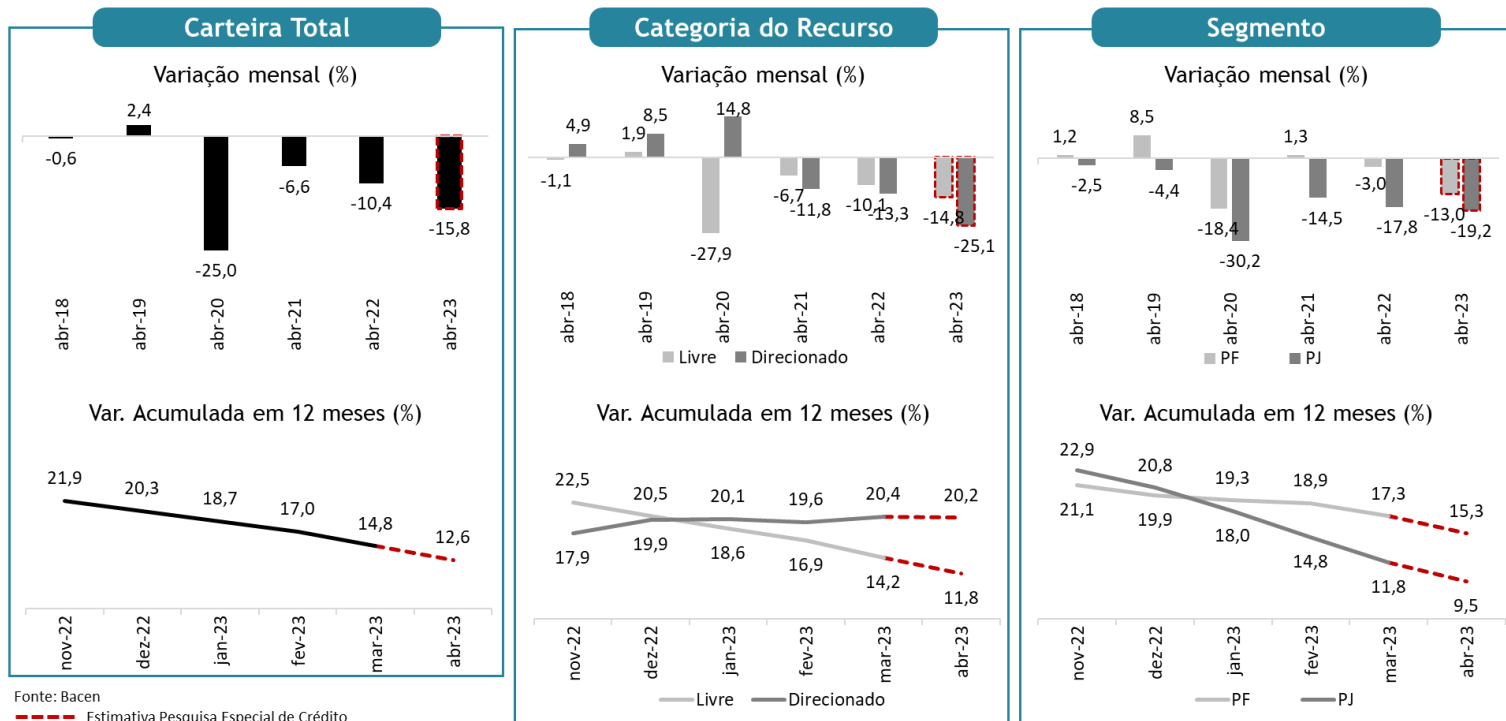
As concessões às empresas devem mostrar ligeira alta de 3,2% (ajustadas por dias úteis), sugerindo alguma normalização nas linhas mais afetadas pelo caso Lojas Americanas, além dos recentes pedidos de Recuperação Judicial por grande empresas, embora com uma base de comparação mais fraca, o que ajuda o resultado positivo.

Para as famílias, as concessões devem crescer 11,2% (também ajustadas). O maior volume deve vir especialmente das operações livres, com a retomada da oferta de crédito consignado do INSS (após a solução do impasse sobre a redução dos juros da modalidade).

Na visão acumulada em 12 meses, o volume de concessões deve seguir em tendência de arrefecimento, desacelerando de 14,8% para 12,6%. A perda de ímpeto deve seguir puxada pelas operações com recursos livres, que devem passar de 14,2% para 11,8%.

A Nota de Política Monetária e Crédito será divulgada pelo Banco Central amanhã, dia 30 de maio. Para ver o resultado completo da pesquisa, [clique aqui](#).

Quadro 9: Projeções para as Concessões de Crédito – Pesquisa Especial de Crédito



Regulação – Comitê de Estabilidade Financeira do Banco Central (Comef)

CRÉDITO / BANCOS

Comef mantém Adicional Contracíclico de Capital Principal relativo ao Brasil em 0%

Em sua 53ª reunião, realizada na quarta-feira (24), o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) do Banco Central, manteve o Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACCPBrasil) em 0%, o que significa que não há exigência de acumulação extra de capital pelos bancos. Em geral, os BCs impõe a alíquota adicional em períodos de expansão (mais forte) do crédito, para que posteriormente possa ser consumido em momentos de contração. Assim, o BCB avalia que a política macroprudencial se mantém neutra.

Em nota publicada, o Comitê destacou que tem havido materialização do risco de crédito nas operações com micro e pequenas empresas e linhas mais arriscadas voltadas às famílias. Como consequência, já se verifica, na margem, concessões com uma qualidade maior. Neste sentido, ressaltou que observa uma desaceleração na expansão do crédito. De toda forma, o Comef entende que o sistema financeiro (SFN) está preparado para absorver tais perdas, mantendo níveis adequados de provisão para perdas.

Quanto à capitalização e liquidez, o Comef avalia que os bancos tem mantido níveis superiores ao exigido pelos requerimentos prudenciais e que o atual volume de capital e liquidez é suficiente para suportar cenários de estresse, segundo exercícios do BCB.

Ainda, o Comef avaliou que os “recentes eventos de resolução bancária observados nas economias avançadas não tiveram impacto relevante sobre o sistema financeiro brasileiro”, em referência à crise dos bancos nos EUA (SVB, Signature Bank e First Republic Bank) e absorção do *Credit Suisse* pelo UBS na Europa, mas destacou que se mantém preparado para atuar no sentido de minimizar eventuais contaminações.

Por fim, o Comef indicou que será apropriado manter o ACCPBrasil em 0% nas próximas reuniões, considerando as condições financeiras mais restritivas e as expectativas para o mercado de crédito. A ata da reunião, com mais detalhes do encontro, será publicada no dia 31 de maio. O Comitê voltará a se reunir nos dias 29 e 30 de agosto. [Clique aqui](#) para ler o comunicado completo.

Resolução Conjunta (CMN e BCB)

CMN e BCB regulamentam compartilhamento de dados sobre fraude entre bancos

Na última terça-feira (23), foi publicada Resolução Conjunta entre o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BCB) que trata do compartilhamento de informações sobre fraudes entre instituições financeiras (IFs). Segundo [nota](#) publicada pelo BCB, a norma busca reduzir a assimetria de informação no acesso a dados e informações utilizadas para subsidiar procedimentos e controles dessas instituições para prevenção de fraudes.

A [Resolução Conjunta nº 6](#), de 23/5/2023, estabelece o seguinte rol mínimo de informações a serem compartilhadas entre as IFs:

- i) identificação de quem executou/tentou executar a fraude;
- ii) descrição dos indícios da fraude;
- iii) identificação da IF responsável pelo registro de dados/informações; e
- iv) dados da conta destinatária e de seu titular (no caso de transferência ou pagamento).

Para isso, as IFs devem obter, junto aos clientes, o consentimento para que tais dados sejam compartilhados. O prazo de implementação da resolução é 1º de novembro de 2023.

Em [nota](#), a Febraban entende que a medida é um passo importante para a prevenção deste tipo de crime e é resultado de uma agenda de medidas propostas pela entidade aos órgãos reguladores para fortalecimento das ações de prevenção a fraudes bancárias no país.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2023				2024			
	26/05/23	19/05/23	28/04/23	Viés	26/05/23	19/05/23	28/04/23	Viés
IPCA (%)	5,71	5,80	6,05	▼	4,13	4,13	4,18	↔
PIB (% de crescimento)	1,26	1,20	1,00	▲	1,30	1,30	1,41	↔
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	12,50	12,50	12,50	↔	10,00	10,00	10,00	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,11	5,15	5,20	▼	5,17	5,20	5,25	▼

Fonte: Banco Central do Brasil

Indicadores do Mercado	26/05/23	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	4,99	-0,07%	0,13%	-5,41%	4,73%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	211,14	-2,82%	-5,98%	-16,89%	-6,39%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	13,64	-0,06%	-0,08%	-0,12%	6,01%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	12,39	-2,01%	-3,41%	-7,62%	-7,10%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	11,18	-3,25%	-6,90%	-11,38%	-6,12%
Índice Ibovespa (em pontos)	110.905,51	0,15%	6,20%	1,07%	-0,88%
IFNC (setor financeiro)	11.343,87	0,71%	8,44%	10,63%	6,88%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	5,25	0,00%	5,00%	16,67%	425,00%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,56	6,94%	13,87%	3,08%	84,26%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	3,80	3,42%	11,00%	-1,97%	38,28%
Dollar Index	104,21	0,98%	2,51%	0,66%	2,33%
Índice S&P 500 (em pontos)	4.205,45	0,32%	0,86%	9,53%	3,64%
Índice de ações de bancos – EUA	84,05	2,44%	-6,08%	-26,33%	-27,17%
Índice Euro Stoxx 50	4.337,50	-1,32%	-0,50%	14,34%	15,97%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	102,87	-1,44%	-0,65%	7,31%	12,03%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	76,95	1,81%	-3,26%	-10,43%	-34,45%

Fonte: Bloomberg

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 Daniel Casula
 João Vítor Siqueira